

Nota Informativa

Edição 080/2023

DESTAQUES

- Governo trava nomes e paralisa Conselho Nacional de Proteção de Dados
- Anatel tem até final de junho para entregar novo saldo da adaptação das concessões
- Anatel e Cetic.br vão elaborar indicadores para conectividade significativa
- GSI quer agências de cibersegurança, mas sem tirar atribuições da Anatel

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- STF: Moraes dá 24 horas para Telegram indicar representante legal no Brasil
- Cautelar do chip neutro não significa aprovação a modelo de negócios, alerta Anatel
- Conexão das escolas terá linhas não reembolsáveis e renúncia tributária do BNDES com o Fust
- Anatel prorroga tomada de subsídio sobre deveres das plataformas digitais
- Com até 800 Mbps, pequenos provedores têm internet mais rápida do Brasil
- Interoperabilidade de redes avança, mas papel da regulação é incerto
- Avanço dos ISPs para atender 5G depende de evolução das redes ópticas
- MJSP e GSI discutem medidas de fortalecimento de cibersegurança
- Limite de 40% para SVA entre provedores será aperfeiçoado, afirma Anatel

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

- Governo diz querer empresas comprometidas com antirracismo
- Presidente do BC diz que aprovação do marco fiscal acabou com risco de inflação

descontrolada

Galípolo diz que mercado financeiro já começa a projetar queda de juros nos próximos meses

Marco fiscal recorrerá a exceções para 2024, diz Tesouro

JUDICIÁRIO

STJ reconhece presunção de veracidade de cálculos dos credores em ação na qual devedor não apresentou documentos exigidos

ORÇAMENTO

Arrecadação extra de 2023 a 2025 deve ser 50% menor que a projetada pelo governo, diz IFI

POLÍTICA

Governo fala em reverter mudanças do Congresso em MP após reunião de Lula com Marina

Lula precisa de Marina para 'sustentar' agenda ambiental, diz Padilha

Senado analisa mudanças feitas pela Câmara no novo arcabouço fiscal

Lula pede que Pacheco acelere votações no Senado

RELAÇÕES EXTERIORES

Conselheiro diretor Alexandre Freire e delegação da Anatel se reúnem com o embaixador do Brasil em Helsinque

Haddad cancela viagem que faria à China para debater crise argentina com banco do Brics

DESTAQUES

Governo trava nomes e paralisa Conselho Nacional de Proteção de Dados

Poder Executivo | 26/05/2023

Criado para funcionar como ente multissetorial e servir de alma para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – na linha do Comitê Gestor da Internet – o Conselho Nacional de Proteção de Dados e Privacidade (CNPd) está parado desde a posse do (não tão novo) governo em janeiro. O presidente Lula transferiu a ANPD para a esfera do Ministério da Justiça, no lugar da Casa Civil, mas ficou nisso. Falta nomear presidente e demais integrantes do Executivo. É uma encrenca. Só quem pode convocar reuniões do CNPD é o presidente. Segundo o [Decreto 10.474/20](#), ainda em vigor, o presidente será indicado pela Casa Civil da Presidência da República. E dessa ordem deriva o regimento interno do Conselho, que remete ao presidente a exclusividade para convocar, presidir, suspender e adiar as reuniões ordinárias e extraordinárias. Acontece que em 30 de dezembro, foram exonerados vários nomes do governo Bolsonaro, entre eles o então secretário executivo da Casa Civil, Jonathas Castro, que era o presidente do CNPD. Dois dias depois, o novo governo baixou, entre vários, o [decreto 11.348/23](#), com a reestruturação

do Ministério da Justiça. Nele, a ANPD deixou de ser vinculada à Casa Civil e passou para o MJ. Fora isso, com exceção de uma menção na [MP 1.154/23](#) que permite à ANPD continuar requisitando servidores de outros órgãos, nada mais foi feito em relação à Autoridade ou ao Conselho. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel tem até final de junho para entregar novo saldo da adaptação das concessões

Poder Executivo | 25/05/2023 – 20h53min

A Anatel precisa entregar até o final de junho o novo número do saldo da adaptação dos contratos de concessão de telefonia fixa para o novo modelo. O conselheiro Artur Coimbra afirma que os trabalhos neste sentido ainda estão sendo feitos, mas que a agência vai entregar antes do prazo de 120 dias determinado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), contados a partir da notificação da agência. "Estamos adiantados", garantiu o conselheiro na quinta, 26, após participação em painel no Encontro Abrint 2023. "Temos alguns cenários, porque a orientação do TCU é que a gente garanta que os valores utilizados, que são contábeis na sua maioria, não estejam discrepantes de valores de mercado", declarou. "A preocupação que a gente tem é verificar com dados de mercado se esses valores estão próximos ou não. Isso já foi feito em boa parte, em alguns elementos estamos fazendo uma investigação mais profunda", completou Coimbra. O conselheiro afirmou ainda não saber se o valor ficará acima ou não da conta inicial. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel e Cetic.br vão elaborar indicadores para conectividade significativa

Poder Executivo | 25/05/2023 – 19h05min

A visão da Anatel sobre conectividade significativa parte da premissa de que, se há 90% dos domicílios com acesso à Internet, agora é preciso focar em implantar políticas públicas para garantir que essa conexão seja de qualidade. Em conversa com jornalistas durante o Encontro Abrint 2023 na quinta-feira, 25, em São Paulo, o conselheiro Artur Coimbra afirmou que a agência está buscando estabelecer métricas para poder colocar esse conceito em prática. "Neste momento estamos interagindo com outras organizações, como o Cetic.br, para construir os indicadores adequados para que a gente consiga identificar quais são os elementos fundamentais a serem monitorados para uma conectividade significativa", destacou Coimbra. "É neste sentido que estamos trabalhando. A partir do momento que houver uma meta de política pública, vamos trabalhar para perseguir essa meta com todos os instrumentos." Questionado se haveria algum prazo para a conclusão desses estudos, o conselheiro disse que ainda não há uma data para isso. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

GSI quer agências de cibersegurança, mas sem tirar atribuições da Anatel

Poder Executivo | 25/05/2023 – 18h58min

O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) está em campanha para a criação de uma Agência Nacional de Cibersegurança, mas ressalta que essa agência não terá a função de substituir a atuação da Anatel na área. Segundo Marcelo Malagutti, assessor especial do GSI, o foco dessa agência e da atuação do GSI seriam na segurança dos serviços críticos, e não da infraestrutura crítica de telecomunicações, o que segue como tarefa da Anatel. "Nossa leitura é que precisa de uma agência porque precisamos de coordenação das ações, precisamos disseminar informação, trabalhar em programas de formação e capacitação em cibersegurança", diz Malagutti. "É um investimento caro do Estado? Pode ser, R\$ 500 milhões é um orçamento grande, mas qual o benefício? Quanto o Brasil perde em ataques cibernéticos? Muito mais", disse ele em painel realizado durante o Encontro Nacional Abrint

2023. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

STF: Moraes dá 24 horas para Telegram indicar representante legal no Brasil

Poder Executivo | 26/05/2023 – 15h37min

A maioria dos brasileiros já ouviu falar do real digital, a versão tokenizada da moeda brasileira em desenvolvimento pelo Banco Central (BC), mas poucos conhecem de fato a utilidade da nova tecnologia e uma grande parcela das empresas ainda têm um certo ceticismo em relação às aplicações práticas que chegam com a digitalização do dinheiro, de acordo com estudo encomendado pela Cryptum, startup de infraestrutura do tipo "blockchain as a service" (BaaS). Na pesquisa com o público geral, 93% dos entrevistados afirmam que já ouviram falar de moedas digitais e 80% disseram ver com bons olhos essa iniciativa. A pesquisa contou com a participação de cerca de 1.041 consumidores de perfil geral, consultados de forma on-line em maio. Um segundo levantamento ouviu 104 executivos C-level de empresas financeiras no mesmo período. Para 53% dos respondentes do público geral, a novidade deve trazer economia de tempo como um dos principais benefícios associados ao tema. Já 42% esperam uma redução da burocracia, enquanto 37% veem uma maior simplificação de processos relacionados a compras e empréstimos de forma geral.

Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Cautelar do chip neutro não significa aprovação a modelo de negócios, alerta Anatel

Mercado | 26/05/2023 – 00h28min

O superintendente executivo da Anatel, Abraão Balbino, rebateu as críticas recebidas pela agência por ter concedido a chamada "cautelar do chip neutro", dada para a empresa do grupo Base Serviços. O órgão regulador concedeu a cautelar para que a empresa pudesse oferecer seus serviços a Estados onde venceu licitações, porém, obrigando as operadoras móveis a passarem o perfil elétrico (conectividade do chip) a uma empresa que está vendendo conectividade móvel sem a licença. Segundo Balbino, as operadoras passarem perfil elétrico não significa que o órgão regulador dê o aval quanto ao modelo de negócio da vencedora dos editais. "Quando a Anatel dá a cautelar, ela não está chancelando o modelo de negócios. Ela está dizendo que há periculum in mora (do latim, perigo da demora) e fumus boni (sinal de bom direito), em relação àquele pedido específico de acesso ao perfil elétrico. A Anatel não disse se pode operar, se é revenda, se pode ser MVNO ou qualquer outra manifestação do compliance regulatório do modelo de negócios específico", detalhou. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Conexão das escolas terá linhas não reembolsáveis e renúncia tributária do BNDES com o Fust

Poder Executivo | 26/05/2023

O BNDES avança na formatação das linhas de financiamento para a expansão da banda larga com os recursos do Fust (Fundo de Universalização) e já definiu que as linhas não reembolsáveis e a nova linha de renúncia fiscal serão integralmente direcionadas para a conexão das escolas públicas brasileiras. As linhas reembolsáveis (quando o tomador do empréstimo tem que pagar pelo dinheiro, a juros subsidiados) serão direcionadas para os demais programas, como a expansão das redes para as áreas rurais. Segundo Luiz Felipe

Hupsel, gerente do departamento das indústrias de TI, Telecom e Economia Criativa do BNDES, R\$ 1 bilhão do Fust já está no caixa do banco, para ser liberado quando todo o programa estiver formatado. Entre as questões que ainda não foram decididas sobre as linhas do BNDES, por exemplo, é quais serão as condições para as empresas que quiserem se candidatar ao financiamento. Mas já está decidido que o acesso às linhas não reembolsáveis e de renúncia serão abertas mediante chamamento público”, afirmou Hupsel. Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel prorroga tomada de subsídio sobre deveres das plataformas digitais

Poder Executivo | 26/05/2023

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) prorrogou o prazo para contribuições na tomada de subsídio sobre deveres dos usuários, incluindo as plataformas digitais. O prazo para o envio das sugestões terminaria em 30 de junho. Interessados agora podem encaminhar opiniões sobre o tema até 30 de julho. A coleta de informações é feita por meio da plataforma Participa + Brasil, iniciada em março deste ano. O adiamento do prazo atende a dois pedidos. Um deles feito pela Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (Camara-e.net) e outro pela Information Technology Industry Council (ITI). Ambas legaram necessidade de mais tempo para realizar consultas especializadas sobre o tema para entregar à Anatel. Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Com até 800 Mbps, pequenos provedores têm internet mais rápida do Brasil

Mercado | 26/05/2023

Dados da consultoria Teleco relativos a março de 2023 mostram o cenário da oferta de banda larga fixa no Brasil, com destaque para o fato de que as maiores velocidades do país se concentram em prestadoras de pequeno porte. Além disso, 15 das 28 prestadoras de banda larga fixa com mais de 100 mil acessos têm velocidade média contratada maior que a média Brasil, que era estimada pela Teleco em 280 Mbps. A AZZA Telecom, prestadora com 134 mil acessos banda larga fixa no interior de São Paulo, era a líder, com planos de 100 Mbps a 1 Gbps e média acima de 800 Mbps. Como ressalta a Teleco, as PPPs ocupavam as 10 primeiras colocações. Além da AZZA, ZAAZ, Vero, BTT, Desktop, EB Fibra, Algar, Green, America Net e Companhia Itabirana. Todas com médias acima de 300 Mbps. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Interoperabilidade de redes avança, mas papel da regulação é incerto

Poder Executivo | 25/05/2023 – 23h35min

O horizonte de uma futura integração entre diferentes tipos de redes – sejam fixas, 5G, privadas, de WiFi, de edge computing ou mesmo satélite – tem despertado amplo interesse na cadeia de telecomunicações, especialmente de pequenos provedores de Internet, mas também gerado debate sobre a necessidade (ou não) de ajustes regulatórios que fomentem o cenário. O tema esteve em discussão no segundo dia do Encontro Nacional da Abrint, promovido pela entidade de provedores regionais na quinta-feira, 25. Para o superintendente-executivo da Anatel, Abraão Balbino, a interoperabilidade entre redes e a busca por interfaces abertas será ponto fundamental no futuro da indústria, comparável à interconexão entre redes móveis distintos conquistados "a partir de muito suor e lágrimas"

nas últimas décadas. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Avanço dos ISPs para atender 5G depende de evolução das redes ópticas

Mercado | 25/05/2023 – 23h33min

Os provedores de banda larga que apostavam que o 5G criaria automaticamente uma demanda pelas redes de fibra, sobretudo para viabilizar o backhaul das operadoras móveis, estão se deparando com a necessidade de planejar um upgrade na rede. "Para o 5G, uma rede GPON tradicional não serve. A necessidade de latência, tráfego simétrico e velocidades elevadas exige redes XGS-PON", diz Hermano Albuquerque, diretor geral de América Latina para o Grupo Halo/Skylane Optics. "Isso é um desafio, mas é uma grande oportunidade para aqueles provedores que querem entrar no mundo 'carrier grade' e aproveitar a enorme demanda por backhaul que o 5G vai criar nos próximos anos", diz o executivo, cuja empresa é focada em transceptores ópticos. "Apenas nas obrigações acessórias da Anatel, já existem mais de 500 cidades que precisam de rede 5G, então é um mercado que está acontecendo". Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MJSP e GSI discutem medidas de fortalecimento de cibersegurança

Poder Executivo | 25/05/2023 – 18h01min

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) reuniram-se, na quinta-feira (25), para debater políticas de aprimoramento da cibersegurança institucional. A iniciativa é do GSI, que vem colhendo informações de demais órgãos do Governo Federal, e o encontro com o MJSP se dá devido à agenda da Pasta, que conta, em sua composição, com a coordenação de direitos digitais e o Laboratório de Operações Cibernéticas da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Ciberlab/DIOP/Senasp). O objetivo é que os dois ministérios troquem experiências e informações e que o MJSP apresente sugestões às propostas apresentadas pelo GSI. Na avaliação do secretário-executivo do MJSP, Ricardo Cappelli, o movimento é estratégico e acompanha práticas que vêm sendo implementadas em outros países: "Praticamente todos os países da União Europeia criaram agências para cuidar da segurança cibernética. Falar de segurança cibernética é falar de segurança de infraestruturas críticas, do sistema de energia do país, do sistema de transportes, sistema bancário. Sistemas que podem, a partir de um ataque cibernético, paralisar o país. Então, é um tema cada vez mais importante e vamos apresentar colocações para aprimorar", defendeu o secretário-executivo do MJSP.

Fonte: ASCOM MJSP

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Limite de 40% para SVA entre provedores será aperfeiçoado, afirma Anatel

Mercado | 25/05/2023 – 16h02min

A referência preliminar de até 40% do faturamento identificado como serviço de valor adicionado (SVA) entre provedores regionais de banda larga já começa a ser utilizada pela Anatel para fins de fiscalização, mas deverá ser aperfeiçoada nos próximos meses a partir de diálogo com a sociedade. Durante o Encontro Nacional da Abrint realizado em São Paulo nesta semana, o superintendente-executivo da Anatel, Abraão Balbino, detalhou ao TELETIME o planejamento da agência. O servidor preside grupo de trabalho (GT) da reguladora que avalia a repartição de receitas de SVA (com destaque para o provimento de conexão à Internet) e Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) entre os provedores. "[A

proporção 60/40 para SCM e SVA] é um primeiro exercício de referência para fiscalização, com dados internos e que sabemos que é imprecisa. É um primeiro passo, pois no GT teremos estudos e auditorias internas. Vamos olhar os padrões para tentar identificar referências mais precisas. Nossa intenção é abrir um diálogo", afirmou Balbino. Uma tomada de subsídios sobre a repartição está nos planos. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Governo diz querer empresas comprometidas com antirracismo

Poder Executivo | 26/05/2023 – 08h18min

O ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, disse na 5ª feira (25) que planeja uma política nacional para empresas privadas se comprometerem com o combate ao racismo e a outras violações dos direitos humanos. Segundo ele, há um foco especial naquelas envolvidas no mercado esportivo profissional, depois dos ataques racistas sofridos pelo jogador brasileiro Vini Jr. na Espanha. "As empresas multinacionais têm políticas de direitos humanos que se aplicam em outros países que elas atuam. O que queremos fazer principalmente é que essas grandes empresas participem dessa construção da política nacional e possam influenciar toda a cadeia produtiva em que elas estão envolvidas", disse. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Presidente do BC diz que aprovação do marco fiscal acabou com risco de inflação descontrolada

Poder Executivo | 25/05/2023 – 16h57min

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, falou com exclusividade ao Estúdio i, da GloboNews, na quinta-feira (25), sobre o futuro da instituição e do que espera para os próximos anos. Ele ressaltou que vai ficar no comando do Banco até terminar o seu mandato, em 2024, e comentou sobre a chegada de Gabriel Galípolo, indicado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para assumir a diretoria de política monetária e apontado como seu eventual sucessor. "Ele vai chegar como diretor de Política Monetária e tem um trabalho que precisa ser feito. A gente vai discutir ao longo do tempo, mas quem decide o nome do presidente é o governo, que pode escolher um diretor que está na casa ou alguém de fora", falou. Segundo Campos Neto, esse período na diretoria será de muito aprendizado para Galípolo. "Tem uma parte muito técnica que ele vai aprender no dia a dia. Essa diretoria tem uma parte muito conectada com mercados, com a parte de câmbio e juros, então será um processo de aprendizado muito grande para ele, como foi para mim", disse. Além disso, disse que a aprovação do marco fiscal acabou com o risco de inflação descontrolada. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Galípolo diz que mercado financeiro já começa a projetar queda de juros nos próximos meses

Poder Executivo | 25/05/2023 – 16h45min

O secretário-executivo do ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, recém nomeado para a diretoria de política monetária do Banco Central, afirmou que o mercado já precifica um corte de pelo menos 350 pontos-base (3,5 pontos percentuais) na taxa básica de juros (Selic) nos próximos 18 meses. Galípolo disse que o preço de ativos como câmbio e juros de

longo prazo, por exemplo, sinalizam essa expectativa. Ele disse que havia muito ceticismo em cada anúncio de medidas pelo governo, mas foi se preparando um conjunto de ações, que culminou com a aprovação do arcabouço fiscal, que vão produzir os resultados esperados para a economia. — Havia muito ceticismo em cada anúncio que era feito (pelo governo). Havia a reoneração dos combustíveis e sem arcabouço fiscal. Mas agora olhando o preço dos ativos, vemos o real num patamar mais valorizado (que o dólar) e os juros longos no segundo semestre chegando a 10%. Isso envolve um corte de 3,5 pontos percentuais da Selic nos próximos 18 meses — afirmou. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Marco fiscal recorrerá a exceções para 2024, diz Tesouro

Poder Executivo | 25/05/2023 – 09h44min

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, avaliou que a nova proposta do marco fiscal aprovada pela Câmara na 4ª feira (25) está “mais apertada”, mas em condições de ser cumprida. Porém, para acomodar as despesas contratadas em 2024, o governo precisará de exceções. “O grande desafio é 2024. Todas as coisas atípicas entram em 2024. É um ano difícil. Trazer o piso da educação, da saúde, óbvio, é meritório, mas traz um desafio fiscal grande. Isso se combina com o piso da enfermagem. São meritórios, mas fiscalmente eles trazem desafios. Tudo isso pressiona. Por isso, 2024 é um ano mais difícil. Depois as coisas vão ficando melhores”, projetou Ceron em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Tribunal avalia como moderado o risco da sustentabilidade da dívida federal em 2023

Poder Legislativo | 25/05/2023

O Tribunal de Contas da União (TCU) realiza acompanhamento permanente da Dívida Pública Federal. Na sessão plenária de 17 de maio, foi analisado o exercício de 2022, que tem o objetivo de subsidiar o Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Presidente da República referente ao último ano. O relator foi o ministro Jorge Oliveira. O TCU verificou a projeção, no Plano Anual de Financiamento (PAF) da Dívida Pública Federal, da necessidade líquida de financiamento do Tesouro Nacional, que seria de R\$ 1,234 trilhão. No entanto, a execução no exercício demonstrou uma menor necessidade líquida de financiamento, de R\$ 1,186 trilhão. Uma diferença de cerca de R\$ 48,3 bilhões, devido à melhoria da arrecadação e do resultado primário. Já as emissões de títulos totalizaram R\$ 1,062 trilhão, os resgates foram de R\$ 1,28 trilhão e os juros apropriados chegaram a R\$ 556 bilhões. A partir desses valores, a dívida pública federal variou de R\$ 5,613 trilhões em dezembro de 2021 para R\$ 5,951 trilhões em dezembro de 2022. “Pela programação do PAF, o estoque da dívida pública federal apurado ao final de 2022 deveria crescer e alcançar um patamar entre R\$ 6 trilhões e R\$ 6,4 trilhões, porém a dívida cresceu somente R\$ 337,7 bilhões e seu total ficou em R\$ 5,951 trilhões, portanto abaixo do limite inferior desse intervalo previsto”, explicou o ministro-relator Jorge Oliveira. Por sua vez, a razão dívida pública federal/PIB diminuiu de 63,1% para 60,5% entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022. “Isso decorreu, em boa medida, da recuperação da economia brasileira em 2022 e do aumento na receita primária”, ponderou o relator do processo no TCU. Concluiu-se que, apesar dos indicadores Nível da Dívida e Necessidade Bruta de Financiamento altos, o risco da sustentabilidade da dívida pode ser considerado moderado em 2023 e na projeção até 2028, tendo em vista a acentuada base doméstica de investidores (90,6% dos detentores de títulos), e a proporção pequena da dívida em moeda estrangeira, de 3,1%. Fonte: ASCOM TCU

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

STJ reconhece presunção de veracidade de cálculos dos credores em ação na qual devedor não apresentou documentos exigidos

Poder Judiciário | 26/05/2023 – 07h10min

Com base no artigo 475-B do Código de Processo Civil de 1973, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que, em virtude da não apresentação reiterada, pela parte devedora, de documentos necessários ao cumprimento de sentença, devem ser considerados corretos os cálculos elaborados pelos credores nos autos. Essa presunção de veracidade, contudo, é relativa, admitindo prova em contrário na fase executiva. "Se é do devedor o ônus de provar, mediante impugnação, eventual erro ou excesso nos cálculos elaborados pelo credor, a fim de afastar a referida presunção, a sua inércia não pode impedir o cumprimento da sentença, devendo ser observado, ainda, o princípio geral do direito de que a ninguém é dado beneficiar-se da própria torpeza", afirmou a relatora do recurso, ministra Nancy Andrighi. De acordo com os autos, em primeiro grau, o juiz julgou extinto o cumprimento de sentença sem resolução do mérito, por entender que era ilíquida a sentença proferida na fase de conhecimento. Em segunda instância, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) anulou a decisão de primeiro grau e determinou a conversão dos autos em liquidação de sentença por arbitramento. Para o TJMT, é inviável proceder diretamente ao cumprimento da sentença, quando a apuração do valor do crédito exige cálculo complexo, sendo necessária à sua prévia liquidação por arbitramento, a fim de obter o valor devido em razão do direito reconhecido na decisão. No entanto, é possível a conversão do feito em liquidação de sentença, em vez de extinguir o processo, prematuramente, sem resolução de mérito. Fonte: ASCOM STJ

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**ORÇAMENTO****Arrecadação extra de 2023 a 2025 deve ser 50% menor que a projetada pelo governo, diz IFI**

Mercado | 26/05/2023 – 12h38min

As medidas pretendidas pelo governo federal para elevar a arrecadação nos próximos anos e cumprir o novo arcabouço fiscal devem gerar uma receita extra de R\$ 63,4 bilhões em 2023, abaixo dos R\$ 135,2 bilhões projetados pelo Ministério da Fazenda. As estimativas fazem parte do Relatório de Acompanhamento Fiscal de junho da IFI (Instituição Fiscal Independente). O governo prevê uma arrecadação extra de R\$ 645 bilhões no período 2023-2025. A estimativa da IFI aponta um valor de R\$ 305 bilhões no período. A instituição não conta, por exemplo, com os recursos de PIS/Cofins sobre créditos de ICMS esperados para os três anos. Também estima um valor bem menor com IRPJ/CSLL (tributos sobre o lucro das empresas) sobre benefícios fiscais do tributo estadual. Esses recursos estão ligados a decisões judiciais cujos resultados ainda são incertos. Segundo a instituição, os ganhos de arrecadação continuariam nos anos seguintes, embora haja incertezas em relação à obtenção de arrecadação nos montantes previstos pela Receita Federal. "A IFI considera o impacto decorrente dessas decisões judiciais bastante incerto e de difícil previsão. Além da dificuldade em estimar os valores envolvidos, a possibilidade de as atuais disputas judiciais se estenderem pelos próximos anos constitui outro fator de incerteza", diz o relatório. O texto ainda precisa de aprovação do Senado antes de seguir para sanção do presidente Lula (PT). A avaliação da IFI é que o novo arcabouço fiscal confere maior flexibilidade em relação ao atual teto de gastos, criado em 2016. Também busca atender aos princípios de assegurar a sustentabilidade da dívida e ter incentivos para o cumprimento das regras. Porém, é extremamente complexo. Fonte: Folha de São Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA**Governo fala em reverter mudanças do Congresso em MP após reunião de Lula com Marina**

Poder Executivo | 26/05/2023 – 14h02min

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou na sexta-feira (26) que o texto da medida provisória da reestruturação da Esplanada dos Ministérios está "desalinhado" com a visão do governo, que trabalhará para reverter as mudanças durante a votação no plenário da Câmara dos Deputados e no Senado. As ministras do Meio Ambiente, Marina Silva, e dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, não participaram da entrevista à imprensa após a reunião, apenas os chefes da Comunicação, Paulo Pimenta, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Eles afirmaram que as duas mulheres não puderam participar da coletiva porque tinham outra agenda. Embora tenham afirmado que trabalharão para reverter a situação, Padilha disse que a eventual manutenção da decisão do Congresso de esvaziar as pastas ambientais não evitará o governo de implementar o projeto do presidente Lula (PT) de, segundo ele, proteger a natureza. Rui, por sua vez, relativizou a derrota sofrida no Legislativo: "A maior parte dos pontos preservou aquilo que era conceito original da MP, mas alguns pontos não foram mantidos. Portanto o governo trabalhará em outros espaços legislativos que conceito original e pontos mexidos, e nossa opinião está desalinhado com política que tem que ser implementada, para retomar conceito original". Fonte: Folha de São Paulo

[Leia mais](#)[Retorno ao índice](#)**Lula precisa de Marina para 'sustentar' agenda ambiental, diz Padilha**

Poder Executivo | 26/05/2023 – 13h51min

Apesar do desgaste da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, com a possibilidade da exploração de petróleo na Foz do Rio Amazonas e do esvaziamento da pasta, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse, em entrevista ao Estadão/Broadcast, que a saída dela do governo não foi discutida. "Em nenhum momento isso entrou em discussão, em questão", afirmou. Segundo ele, Marina tem um papel importante de "sustentar" a agenda ambiental do governo Lula. "A agenda da sustentabilidade está no coração do governo do presidente Lula. Ela (Marina) tem papel muito importante em sustentar essa agenda. E pode ter certeza que essa agenda estará sustentada mesmo com modificações que possam ser feitas no Congresso Nacional na distribuição administrativa de órgãos do governo. Essa agenda estará preservada e com a liderança na ministra Marina", disse Padilha. O ministro é responsável pela articulação do governo no Congresso e vem sendo criticado pelo seu desempenho falho. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)[Retorno ao índice](#)**Senado analisa mudanças feitas pela Câmara no novo arcabouço fiscal**

Poder Legislativo | 26/05/2023 – 11h48min

O Senado começa a analisar o novo arcabouço fiscal, aprovado na última quarta-feira (24) pela Câmara dos Deputados. A expectativa do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, é de que o projeto de lei complementar (PLP) 93/2023 seja enviado para sanção presidencial no mês de junho. — A proposta será encaminhada para o rito próprio para que, muito em breve, no decorrer do mês de junho, possamos entregar à sanção um regime fiscal responsável, que terá a contenção de despesas como expressão de responsabilidade fiscal — disse Pacheco. O texto que chega ao Senado é diferente da proposta original enviada em abril pelo Poder Executivo. O relator da matéria na Câmara, deputado Claudio Cajado (PP-BA), sugeriu uma série de mudanças no projeto, mas manteve o princípio de que o

crescimento das despesas deve ser menor do que a evolução das receitas da União. O PLP 93/2023 prevê a fixação de limites para a despesa primária. Eles devem ser reajustados anualmente, segundo dois critérios: o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e um percentual sobre o crescimento da receita primária, descontada a inflação. Pelo texto original, os critérios para conter as despesas da União seriam definidos a cada ano na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), mas os deputados decidiram fixar esses limites de forma permanente no PLP 93/2023. Os parâmetros levam em conta a meta de resultado primário de dois anos antes. Entre 2024 e 2027, os gastos podem crescer até os seguintes limites: 70% da variação real da receita, caso a meta de dois anos antes tenha sido cumprida; ou 50% da variação real da receita, caso a meta de dois anos antes tenha sido descumprida. O texto prevê faixas de tolerância para a definição do resultado primário. Essa margem, para mais ou para menos, é de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB) previsto no projeto da LDO. A meta só será considerada descumprida se o resultado primário ficar abaixo da banda inferior da faixa de tolerância. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula pede que Pacheco acelere votações no Senado

Poder Executivo | 25/05/2023 – 22h04min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez um apelo na 5ª feira (23) ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para que acelere votações na Casa. Em discurso na Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo), o chefe do Executivo disse que o Brasil “precisa de tudo” e que “voltou para fazer esse quase tudo”. “Só temos 120 dias de governo, Haddad [Fernando Haddad, ministro da Fazenda]. E Pacheco, por favor, apresse as votações porque o trem está apitando”, disse. Antes, Lula havia defendido uma política industrial “altiva e ativa” para o país e havia dito que o fortalecimento do setor não relegaria o agronegócio a um lugar secundário. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Conselheiro diretor Alexandre Freire e delegação da Anatel se reúnem com o embaixador do Brasil em Helsinque

Poder Executivo | 26/05/2023 – 12h15min

O conselheiro diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) Alexandre Freire, e a delegação de servidores para o evento Critical Communications World, que ocorreu em Helsinque, Finlândia, entre os dias 23 e 25 de maio, fizeram uma visita institucional à Embaixada do Brasil naquela cidade nessa quinta-feira, 25 de maio. A delegação foi recebida pelo embaixador Luís Antônio Balduino Carneiro. Na pauta do encontro foi realizado um balanço das visitas e reuniões bilaterais que a delegação da Agência manteve com diversos órgãos do governo finlandês em paralelo ao evento. Diante da percepção positiva e das sinergias constatadas, foram abordados tópicos e novas atividades para desenvolvimento de temas comuns tanto com o setor público, quanto com a academia finlandesa, notável por suas iniciativas de aplicação direta na governança pública e nos mercados de telecomunicações. Nas palavras do Conselheiro Diretor Alexandre Freire, “o momento de aproximação ocorre num cenário em que a Finlândia representa um parceiro que detém o estado da arte em segurança cibernética, e que se encontra em um patamar regulatório no qual o endereçamento de mercados digitais e de conteúdos avança em concretude, com o fortalecimento do regulador local, o Traficom”. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad cancela viagem que faria à China para debater crise argentina com banco do Brics

Poder Executivo | 25/05/2023 – 13h36min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, cancelou a viagem que faria à China para participar de uma reunião do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), o Banco do Brics, com sede em Xangai. O objetivo da viagem, inicialmente um pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seria discutir alternativas de socorro à Argentina, que vive uma crise econômica e uma escalada de inflação em pleno ano eleitoral. Há possibilidade, entretanto, de o ministro participar virtualmente da reunião do NBD. A instituição é presidida atualmente pela ex-presidente Dilma Rousseff. De acordo com interlocutores do Ministério da Fazenda, o cancelamento está relacionado com a agenda interna, que está movimentada. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br